

Resenha Livre

RODRIGUES, José Damião; ROCHA, Cristiana Costa da (org.). *Independências dos Brasis*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2024. 220 p.

Muitos Brasis, outras independências

Many Brazils, other independencies

Muchos Brasiles, otras independencias

José Maia Bezerra Neto, *Universidade Federal do Pará*   

Em 1972, quando do sesquicentenário da independência brasileira, apesar dos tempos difíceis da ditadura civil-militar (1964-1985), houve importante renovação da historiografia sobre o processo de formação do Estado Nacional, destacando-se, aqui, a contribuição que considero não somente a mais original, mas, como se relevou ao longo tempo, duradoura no sentido de iluminar, ainda hoje, trabalhos sobre a temática. Refiro-me ao já clássico texto *Interiorização da Metrópole* da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias (1972, 2005). A perspectiva analítica de compreensão do processo histórico da independência a partir da configuração do Rio de Janeiro como nova cabeça do Império português, por exemplo, iluminou reflexões acerca das muitas independências pelos Brasis afora e as tensões decorrentes da chamada interiorização da metrópole. O livro aqui resenhado beneficia-se em alguma medida dessas possibilidades, inserindo-se, por sua vez, no conjunto da historiografia mais recente acerca do tema, principalmente quando do bicentenário em 2022.

Muitos são os Brasis! Disto já sabemos faz algum tempo, não sendo novidade alguma. Várias e, em escalas de tempo distintas, foram as independências nas diversas partes da América Portuguesa, que iniciado o século XIX, tornava-se, cada vez mais, uma realidade política una e nacional, quando do processo de interiorização da

metrópole a partir do Rio de Janeiro. Era o século XIX o berço do Estado-nação brasileiro com as suas fraturas sociais e políticas, idas e vindas na história, permitindo a superação da herança colonial marcada pela fragmentação, como já bem estudado por Sérgio Buarque de Hollanda (1962). As diversas experiências do processo de independência nos Brasis afora já, por diversas vezes e variadas formas, vêm sendo objeto de investigações históricas e debates historiográficos (Jancsó, 2005). Mas há, ainda, o que dizer a respeito. O livro *Brasis Independentes*, organizado por José Damião Rodrigues e Cristiana da Costa Rocha, é um bom exemplo disto.

Publicado em Portugal, em 2024, pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, reunindo 10 capítulos, cada escrito por uma autora ou autor, trazendo a contribuição tanto de pesquisadores mais experientes quanto de mais novos, boa parte deles historiadores, de variadas instituições de ensino superior e de pesquisa no Brasil (Pará, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro) e em Portugal, abrangendo historiadores e cientistas sociais das instituições federais de ensino e de pesquisa do Pará, do Maranhão, do Piauí, do Rio de Janeiro, por exemplo, e vinculados à Universidade de Lisboa, é uma recente e importante contribuição ao estudo e compreensão do tema.

Ainda que publicado em 2024, a obra surgiu no contexto da efeméride dos duzentos anos da independência brasileira (1822-2022), reunindo “[...] textos apresentados no Seminário Internacional Independências dos Brasis, realizado nos dias 10, 11 e 12 de agosto de 2022 na Universidade Estadual do Piauí, em Teresina, capital do Estado do Piauí, organizado em parceria com o Centro de História da Universidade de Lisboa” (Rodrigues; Rocha, 2024, p. 7), conforme nos deixam saber os organizadores da coletânea. Penso que, a partir de experiência própria como organizador de coletâneas oriundas de eventos acadêmicos, as quais não se constituem como anais, mas livros, talvez isto também seja uma das razões para a diversidade e abrangência de temas e temporalidades que compõem o livro. Ou seja, livros, no caso coletâneas, provindas de eventos acadêmicos costumam ser diversos em sua composição distribuída em capítulos.

Temas como terra e território no contexto da independência, no capítulo 1, de Verônica Secreto, a extinção do estado do Maranhão e Piauí, no capítulo 2, de Fabiano dos Santos, permitem-nos refletir sobre o processo de definições geopolíticas da nação brasileira em construção, quando sabemos, por exemplo, que até fins do século XVIII, duas eram as Américas portuguesas no continente sul-americano. Já o tema do primeiro centenário da independência no Piauí, no capítulo 3, de Alcebíades Costa Filho, a partir de um lócus distante do eixo centro-sul já tantas vezes objeto da historiografia, possibilita-nos pensar a respeito da história que se faz memória e da memória que se torna explicação histórica, bem como as suas inúmeras implicações de (re)leituras do Brasil. Por sua vez, o crime, a escravidão e a cidadania, no contexto da primeira década pós-independência, no capítulo 4, de Claudia Atallah; a questão indígena, no capítulo 5, de João Paulo Peixoto Costa; o nheengatu e a escravidão na Amazônia oitocentista, no capítulo 6, de Antonio Alexandre Isidio Cardoso, perguntando-se sobre os sujeitos das classes subalternas nos contextos das independências revela-nos, mais uma vez, a polissemia das experiências diversas e multifacetadas, seja no Rio de Janeiro, no Ceará ou na Amazônia. Aliás, essa última região, cujas história e historiografia vêm, cada vez mais, ganhando destaque no cenário nacional, contribuindo para repensar o sudestismo historiográfico, aparece, também, na discussão da formação do estado imperial no contexto amazônico, no capítulo 7, de Francivaldo Alves Nunes; além de, no capítulo 8, de Adilson Brito a discussão relacionada à independência na fronteira amazônica do Alto Rio Negro. Por fim, ainda tratando da realidade amazônica, há a abordagem sobre o trabalho análogo à escravidão e a resistência de migrantes escravizados na Amazônia Oriental entre 1970 e 2000, no capítulo 9, de Cristiana Costa da Rocha; e, por fim, porém não menos importante, fechando a ordem cronológica dos capítulos, temos a “gramática da mobilização e as condições para o sucesso da luta pela reforma agrária na Pré-Amazônia Maranhense nos anos 1980”, no capítulo 10, de Marcelo Sampaio Carneiro. Esses dois últimos textos, mais contemporâneos, compondo a obra coletiva, trazem importantes reflexões para se pensar a persistência das formas de trabalho

compulsório no capitalismo e da luta pelo direito à terra no Brasil. Ou seja, a presente obra, ao tratar os duzentos anos da independência brasileira, não o faz, apenas, remetendo-nos ao passado, mas trazendo-nos ao presente, o que nos possibilita refletir acerca desse período em sua processualidade, na linha do tempo, não somente como tempo histórico, cronologicamente, delimitado e demarcado. Ou seja, mesmo não sendo, necessariamente, algo novo na forma de pensar a formação do Brasil-Nação, em sua linha do tempo, entre passado-presente e presente-passado, não deixa de ser necessário, trazendo em seu conteúdo importante contribuição.

É claro que, como toda obra coletiva, há possíveis desigualdades em termos de composição dos temas e distribuição, revelando alguma falta de melhor sintonia entre eles, da mesma forma que é pautada por textos com narrativas distintas e abordagens investigativas diferentes entre si em termos de discussão teórica e metodológica. Mas a referida diversidade e amplitude dessa coletânea, nem sempre fácil de ser coletivamente construída por seus organizadores, não seria um problema em si mesmo, até pelo contrário, pois, justamente, de aspecto instigante e necessário. Nesse sentido, pode-se perceber como uma importante contribuição a uma discussão mais ampliada do processo de formação territorial e da nacionalidade brasileira, com todas as implicações decorrentes. Nesse sentido, a obra propõe refletir sobre os 200 anos não apenas nos quadrantes temporais da formação do Estado Nacional na primeira metade do século XIX, como de costume, mas, ao alcançar a contemporaneidade, demonstra que questões relativas aos mundos do trabalho, da propriedade fundiária e da cidadania, que demarcavam as disputas no início do Estado Nacional brasileiro, ainda são marcadas pelas heranças de uma sociedade baseada na escravidão e nas hierarquias sociais.

O Brasil que se fez nação na primeira metade do século XIX redefiniu as dimensões geográficas e político-administrativas herdadas do chamado período colonial, embora, ao longo dos duzentos anos, tenha mudado, mas, em muitos aspectos, ainda não superou as estruturas pautadas na desigualdade econômica e social, bem como no acesso ainda restrito ao exercício pleno da cidadania, para além

dos direitos estritamente políticos. Cabe lembrar, por sua vez, que as desigualdades regionais no Brasil, realidade ainda marcante na atualidade, no século XIX, conhecem um acento maior como parte e desdobramento da centralização monárquica sob a égide saquerema ou conservadora, a partir do Rio de Janeiro. Enfim, repensar a história das independências nos Brasis é importante, igualmente, para se refletir a respeito da democracia, que vem sendo testada diante da persistência das mentalidades calcadas no autoritarismo, cuja expressão política se fez presente de forma vitoriosa com a construção do Estado Nacional sob o prisma do conservadorismo, ainda no início do século XIX (Mattos, 2004).

Acredito que, enfim, permitindo ver que o passado sem presente não aporta qualquer sentido, e vice-versa, lembrando, aqui, as lições ainda válidas do grande historiador francês Marc Bloch (2001), a leitura dos capítulos da coletânea contribui para pensarmos que somente se dando conta dos muitos Brasis no tempo e no espaço, outras independências possam ser repensadas, inclusive como parte do processo de construção, no presente, de uma sociedade brasileira menos socialmente injusta e menos desigualmente economicamente, com um exercício mais pleno do que seria a cidadania. À leitura, então!

Notas de autoria

José Maia Bezerra Neto é Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Desde 2011, é Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Professor Associado da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia/IFCH/UFPA. Líder do Grupo de Pesquisa Escravidão e Abolicionismo na Amazônia - GEPEAM/UFPA/CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa História do Abastecimento e da Alimentação na Amazônia - ALERE/UFPA/CNPq. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história e memória, Pará, Amazônia e Brasil, história intelectual, história das instituições, história social da educação, abolicionismo, história e historiografia da escravidão negra e relações raciais.

Referências

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Interiorização da metrópole. In: MOTTA, Carlos Guilherme. 1822: dimensões. São Paulo: Perspectivas, 1972. p. 160-184.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.